[196]

Propensão ao crescimento

José Eli da Veiga

Valor, Sexta-feira 2 de Janeiro de 2015

Praticamente não teria havido crescimento econômico até o início do século XVIII, diz André Lara Resende na abertura de excelente ensaio sobre o livro de Thomas Piketty, ***O Capital no Século XXI***.[1] É muito duvidoso, contudo, que a renda tenha ficado estagnada por mais de "dezessete séculos, muito provavelmente, desde o início dos tempos".

Essa ideia de que todas as épocas que precederam a modernidade teriam sido marcadas por uma espécie de longuíssimo marasmo é uma espécie de ilusão de ótica decorrente do fortíssimo contraste entre os últimos 150 anos (não 300) de toda a anterior evolução humana. O conhecimento acumulado sobre a recorrente propensão ao crescimento não confirma esse tipo de avaliação da história econômica. O crescimento intensivo - isto é, com aumento da renda *per capita* – surgiu muito antes do início do século XVIII. As melhores estimativas indicam que, antes de ter dobrado entre 1700 e 1820, a renda *per capita* já teria aumentado ao menos 25% entre 1500 e 1700. E outras estimativas sugerem que ela tenha triplicado entre o ano 1000 e o século XVIII.

Além disso, tão ou mais importantes foram os extraordinários surtos de crescimento intensivo que viabilizaram o que costuma ser classificado como antigas civilizações. Principalmente na Mesopotâmia, Egito, Índia, China, Mesoamérica e Peru.

Mensurá-los é uma tarefa muito difícil, mas não pode haver dúvida sobre a ocorrência de períodos duradouros de elevação da renda *per capita* também na Grécia – particularmente na ilha de Rodes - e, com certeza, na República e Império Romanos.

A sofisticação tecnológica exigida pela irrigação fez com que as primeiras manifestações de crescimento intensivo tenham ocorrido em férteis bacias aluviais de grandes rios que desciam contrafortes montanhosos e inundavam planícies. Foi assim que as mais precoces sociedades complexas - muito parecidas entre si - surgiram nas bacias dos rios Tigre-Eufrates; no vale do Nilo; no vale do Indus, nos arredores de Harappa e Mohenjo Daro; e no rio Amarelo (Huang), nas proximidades de An-yang.

A mais relevante dessas experiências pré-modernas de crescimento intensivo foi a da China sob a dinastia Sung, entre os séculos X a XIII. Sob os Sung, mais de um milhão de homens chegaram a trabalhar em atividades não-agrícolas. A produção de ferro *per capita* foi multiplicada por seis entre 806 e 1078, chegando, no norte, a 7 libras *per capita*. Para comparar, na Europa de 1700 essa relação variava entre 3,5 e 4,3 libras *per capita*.

Considerando-se o preço do arroz como base 100, na China o preço do ferro passou de 632 em 997, para 177 em 1080. Na Inglaterra, considerando-se o preço do trigo como base 100, o preço do ferro passou de 223 em 1600, para 160 em 1700. Foi somente o avanço tecnológico dos estertores do século XVIII que fez com que o preço relativo do ferro britânico viesse a ser inferior ao obtido na China durante a dinastia Sung.

[1] Acaba de ser publicada na revista ***Política Externa*** a íntegra do que foi antecipado no ***Valor*** em 5/set.

Certo, nada impede que os britânicos continuem a venerar a elegante ponte de Coalbrookdale, construída em 1779, como se ela fosse '*the first Iron Bridge*', mas a verdade é que, sob os Sung, os chineses já dispunham de centenas delas e de melhor qualidade.

Mesmo perdendo territórios, a China da dinastia Sung manteve a prosperidade, pois as áreas meridionais eram mais produtivas. A população continuou a crescer, comércio e indústria floresceram e a capital Hangchou tornou-se a maior cidade da época. Foi um período de grandes realizações culturais, com avanços nas artes visuais, literatura, filosofia e ciência, além da tecnologia.

A instrução difundiu-se, ajudada pela invenção da imprensa em 730, e com isso a sociedade se transformou. Exames oficiais para a admissão de funcionários públicos aos poucos substituíram a casta aristocrática pelo mandarinato, uma meritocracia de burocratas de carreira.

Os mercadores foram excluídos do funcionalismo público, mas muitos enriqueceram, formando corporações e instalando uma organização comercial complexa, com bancos, sistema de crédito e papel moeda. O mercado de terras foi liberado, muitos camponeses tornaram-se arrendatários, e um sofisticado sistema agroecológico elevou os rendimentos físicos ao nível máximo que poderia ter sido obtido antes da introdução da fertilização química. O grande fator limitante parece ter sido a falta de terras que pudessem ser destinadas aos animais, a fonte indispensável da adubação.

O ritmo de mudanças diminuiu no século XIII, marcado por sérios conflitos sociais e perturbações causadas pelos mongóis. Mesmo assim a China continuou mais populosa, produtiva e rica, e sua sociedade muito mais avançada do que a da Europa. Neste período ela foi a maior potência mundial e a cultura chinesa a mais esplendorosa.

Também foi asiático outro surto de inequívoco crescimento intensivo pré-moderno, manifestando-se no Japão, durante o shogunato Tokugawa (1600-1868). Entre 1600 e 1850 a produção agrícola quase dobrou, enquanto a população só aumentou uns 45%. Isso foi possível pela expansão da área cultivada, mas também por avanços técnicos significativos nas práticas de irrigação e adubação. Como consequência, houve inédita urbanização, especialização regional e aumento da esperança de vida. Nesse período, os níveis de produção e consumo foram certamente bem mais altos no Japão do que na Grã-Bretanha.

Também na Europa Ocidental houve muito progresso tecnológico entre os séculos XI a XIII, por mais exageradas que possam ser alusões a algo que poderia ter sido uma primeira Revolução Industrial. De qualquer forma, o mito de uma obscurantista Idade Média, tão difundido pelos historiadores do século XIX, foi impiedosamente demolido pela historiografia contemporânea. E foi no Oeste europeu que acabou ocorrendo o maior surto de crescimento intensivo pré-moderno.

Antes de 1700, Londres, Paris e Constantinopla já haviam ultrapassado a marca do meio milhão de habitantes. Entre 1500 e 1800 a população europeia passou de 70 milhões para 190 milhões. Foi a decorrente forte demanda por trigo e centeio que impulsionou a revolução agrícola, iniciada no século XVI, principalmente nas zonas mais densamente povoadas da Itália e, depois, da Holanda e Inglaterra.

A gestação do capitalismo – sistema que engendrou fases mais duradouras de crescimento econômico intensivo – ocorreu no chamado Renascimento do fim do século XV. Claro, dois ou três séculos antes já havia surgido a Europa como oficina modeladora da história do mundo. Mas foi a partir do século XV que os componentes do capitalismo fundiram-se na poderosa mescla que impeliu as nações europeias à conquista territorial

ultramarina e à formação de uma economia mundial capitalista poderosíssima e verdadeiramente global.

Um dos principais alicerces desse movimento foi a precocidade da integração entre a cidade-Estado genovesa e a Ligúria, região rural circundante. Muito antes que a Terraferma fosse controlada por Veneza, a Lombardia por Milão, e a Toscana por Florença, a aristocracia rural genovesa já dera impulso à expansão comercial. Quando caía a rentabilidade do comércio, ela se refeudalizava, trazendo seus recursos para a apropriação do espaço rural e a formação de poderosos exércitos particulares. Quando aumentavam os lucros comerciais, ela se aburguesava. Com o correr do tempo, os banqueiros mercantis genoveses se transformaram na mais poderosa classe capitalista da Europa do século XVI.

Ou seja, bem antes do desencadeamento da Revolução Industrial na Inglaterra o capitalismo europeu já tivera dois ciclos sistêmicos de acumulação, liderados por Gênova (séculos XV e XVI) e Holanda (séculos XVII e XVIII). E não havia sido outro o percurso da revolução agrícola, já que ela começou no populoso e altamente urbano vale do Pó e dali só se moveu para a Inglaterra e norte da França depois de ter passado pela densamente povoada e urbanizada Flandres.

Mais: quando também se considera o crescimento econômico extensivo – com aumentos da produção que grosso modo só acompanham a expansão populacional – percebe-se que o surgimento da agricultura pode ter sido um acelerador do progresso material até mais importante que o surgimento da indústria. O fenômeno que os arqueólogos chamaram de revolução neolítica - mas que pode muito bem ser denominado de primeira revolução econômica - foi o mais forte viabilizador da propensão ao crescimento.

Além disso, aquilo que acabou sendo estereotipado como a Revolução Industrial pode ter sido apenas o *big bang* da segunda revolução econômica: auge de uma série de eventos anteriores que, na sequência, exigiu processo de mais um século antes da verdadeira virada, com a fusão entre ciência e tecnologia.

A rigor, muito mais importante do que o feixe de inovações que costumam ser associados à ideia de Revolução Industrial foi a extraordinária ampliação da oferta de novos conhecimentos que emergiu com a primeira lei de patentes na Grã-Bretanha desde 1624.

Só pode estar equivocada, portanto, a suposição sobre a ausência de crescimento econômico "por mais de 17 séculos, muito provavelmente, desde o início dos tempos". E o principal catalizador da mudança de paradigma foi a fusão da ciência com a tecnologia, que só iria acontecer mais de cem anos depois do mencionado "início do século XVIII".

José Eli da Veiga, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (USP) e autor de "A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade" (Editora 34, 2013), Página web: www.zeeli.pro.br